

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ 23.453.830/0015-75

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 2017 - Em Reais (R\$)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante		7.217.390	7.447.230	Circulante		3.933.017	4.997.283
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.876.932	947.776	Fornecedores	10	1.598.385	2.630.067
Contas a receber	5	3.250.000	5.600.000	Obrigações trabalhistas	11	1.756.729	1.461.859
Estoques	6	872.739	744.206	Obrigações sociais		260.553	211.062
Adiantamento a Funcionários		120.668	8.157	Obrigações fiscais		119.245	59.672
Outros Créditos		23.926	113.870	Partes Relacionadas	9	198.053	634.623
Despesas antecipadas		6.970	7.487	Outras contas a pagar		52	-
Partes Relacionadas	9	66.155	25.734	Não Circulante		2.186.125	1.613.427
Não Circulante		2.048.678	1.024.077	Receitas Diferidas	12	1.834.165	732.930
Depósito judicial	13	9.350	-	Obrigações para Investimento		351.960	880.497
Imobilizado líquido	7	9.439	13.442	Patrimônio Líquido	14	3.146.926	1.861.297
Intangível líquido	8	195.724	278.405	Patrimônio social		1.861.297	2.316.954
Imobilizado, líquido - Contrato de Gestão	7	1.834.165	732.930	Superávit/(déficit) acumulado		1.285.629	(455.657)
Total do Ativo		9.266.068	8.472.007	Total do Passivo Patrimônio Líquido		9.266.068	8.472.007

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBROS DE 2018 E 2017 - Em Reais (R\$)

	Nota	2018	2017
			(Reapresentado)
Receitas Operacionais		37.454.966	33.100.000
Serviços prestados pacientes SUS		37.454.966	33.100.000
Custos		(30.107.818)	(27.957.669)
Serviços de terceiros		(9.632.006)	(8.617.805)
Pessoal e encargos		(14.376.894)	(14.511.060)
Materiais e medicamentos		(6.098.918)	(4.828.804)
Despesas		(6.102.919)	(5.634.275)
Pessoal e encargos		(2.408.002)	(2.154.451)
Despesas gerais e administrativas	15	(3.605.351)	(3.388.072)
Depreciação/amortização		(199.650)	(157.450)
Impostos, taxas e contribuições		(8.543)	(35.908)
Outras receitas e despesas operacionais		118.627	101.606
Financeiras Líquidas		41.400	36.287
Despesas financeiras		(54.526)	(83.502)
Receitas financeiras		95.926	119.789
Superávit/(Déficit) do Exercício		1.285.629	(455.657)

As Notas Explicativas São parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 2017 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/2016, vigente até 10/03/2020. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31/12/2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 2017 - Em Reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Em 31/12/2016		2.222.931	2.222.931
Incorporação ao Patrimônio Social	2.222.931	(2.222.931)	-
Transferências	(44.952)	-	(44.952)
Ajustes patrimoniais	138.975	-	138.975
Déficit do exercício	-	(455.657)	(455.657)
Em 31/12/2017	2.316.954	(455.657)	1.861.297
Incorporação ao Patrimônio Social	(455.657)	455.657	-
Superávit do exercício	-	1.285.629	1.285.629
Em 31/12/2018	1.861.297	1.285.629	3.146.926

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 2017 - Em Reais (R\$)

	2018	2017
		(Reapresentado)
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	1.285.629	(455.657)
Ajustes para reconciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	199.650	157.450
Superávit/(Déficit) ajustado	1.485.279	(298.207)
Variações das contas de ativo e passivo	2.135.069	(707.370)
Aumento em créditos - circulante	2.318.083	(2.947.317)
Aumento em estoques	(128.533)	13.239
(Aumento)/redução das despesas antecipadas	517	(7.487)
Aumento em fornecedores	(1.031.682)	1.362.438
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas	294.870	271.946
Aumento/(redução) de obrigações sociais	49.491	21.247
(Redução) de obrigações tributárias	59.573	(73.183)
Aumento/(redução) de outras obrigações	52	286.454
Redução das obrigações - não circulante	572.698	271.270
Ajustes patrimoniais	-	94.023
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades operacionais	3.620.348	(1.005.577)
Atividades de investimentos	(1.214.201)	(234.911)
Aquisição de imobilizado	(1.214.201)	(234.911)
Atividades de financiamento	(476.991)	(143.288)
Partes relacionadas	(476.991)	(143.288)
Aumento/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	1.929.156	(1.383.776)
Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	947.776	2.331.552
Saldo existente no final do exercício	2.876.932	947.776
Aumento/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	1.929.156	(1.383.776)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** continua...

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ 23.453.830/0015-75

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Representação de Saldos do Exercício de 2017:** A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

7. Imobilizado e Intangível:

	Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento								
	Médicos e Cirúrgicos Aparelhos 10%	Equip. Informativa 20%	Instr. Cirúrgicos 10%	Maquinas e Equipmts. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Equip. Hospitalares 10%	Construções em andamento	Benfeitorias 10%	Total
Em 31/12/2017									
Saldo Inicial	291.990	71.904	52.805	5.421	39.540	-	-	-	461.660
Adições	35.800	10.474	-	52.006	29.505	-	-	214.250	342.035
Depreciação	(30.399)	(16.381)	(5.413)	(3.055)	(4.805)	-	-	(10.712)	(70.765)
Saldo Final	297.391	65.997	47.392	54.372	64.240	-	-	203.538	732.930
Em 31/12/2018									
Custo	297.391	65.997	47.392	54.372	64.240	-	-	203.538	732.930
Adições	160.011	34.856	13.500	177.040	60.492	32.436	637.987	97.879	1.214.201
Depreciação	(41.679)	(17.496)	(6.435)	(16.335)	(7.314)	(2.283)	-	(21.424)	(112.966)
Saldo Final	415.723	83.357	54.457	215.077	117.418	30.153	637.987	279.993	1.834.165

deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade.

15. Despesas Gerais e Administrativas:

	2018	2017
Serviços de gestão	(1.843.882)	(1.855.760)
Energia elétrica	(764.609)	(645.987)
Aluguel de máquinas	(550.412)	(443.177)
Viagens e hospedagens	(114.479)	(148.253)
Outros	(331.969)	(294.895)
Total	(3.605.351)	(3.388.072)

8. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 66.155 (25.734 em 2017), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão, por serviços laboratoriais prestados. O saldo a pagar de R\$ 198.053 (R\$ 184.623) refere-se aos serviços da gestão a pagar.

9. Fornecedores:

	2018	2017
Materiais e medicamentos	540.347	491.382
Serviços pessoa Jurídica	321.709	600.011
Serviços médicos	722.245	1.524.762
Diversos	14.083	13.912
Total	1.598.385	2.630.067

10. Obrigações Trabalhistas:

	2018	2017
Obrigações trabalhistas	709.878	604.145
Provisão férias	969.534	794.196
Provisões FGTS s/férias	77.317	63.518
Total	1.756.729	1.461.859

11. Obrigações Sociais:

	2018	2017
INSS a recolher	78.318	62.648
FGTS a recolher	105.686	89.999
IRRF s/ folha a recolher	70.035	55.471
Contribuição Sindical a recolher	6.514	2.944
Total	260.553	211.062

12. Receitas Diferidas: Em 2018, foi recebido R\$685.664 como verba para investimento, utilizado no exercício de 2018 o montante de R\$ 1.214.201, sendo adquirido com a verba residual de 2017. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2018, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2018	2017
Imobilizado - Contrato de Gestão	2.033.704	819.502
Total investido em ativo	2.033.704	819.502
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(199.539)	(86.572)
Total	1.834.165	732.930

13. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2018	2017
Trabalhista	78.484	72.471
Total	78.484	72.471

Em 2018, a Entidade possuía R\$ 9.350 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2018	2017
Caixa	207	189
Banco conta movimento	337.639	113.209
Aplicações financeiras	2.539.086	834.378
Total	2.876.932	947.776

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **5. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 09/03/2020 e podendo ser prorrogado até 09/03/2021.

	2018	2017
Contrato 002/2016 - SESP	3.250.000	5.600.000
Total circulante	3.250.000	5.600.000
6. Estoques:	2018	2017
Drogas e Medicamentos	281.135	216.660
Dietas Enterais e Parenterais	23.626	29.422
Fios Cirúrgicos	32.844	52.629
Filmes e Químicos	1.067	1.635
Materiais de uso do paciente	223.216	218.111
Produtos de Limpeza	28.194	26.254
Materiais de Laboratório	127.963	-
Demais materiais	154.694	199.495
Total	872.739	744.206

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis.

• **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) As demonstrações contábeis foram preparadas em base contábil de continuidade operacional, entretanto, chamamos a atenção sobre a necessidade de renovação contratual para gestão da unidade, com previsão de prorrogação até 09 de março de 2020. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com ou

tras partes. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 30 de março de 2018, sem modificações. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Planners Auditores Independentes

CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Valter Piovam

Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI nº 1.018